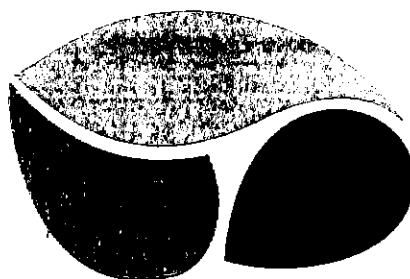


*Atestado por
mancomunado.
Manuel Moreira
2017.05.02*



DOLMEN

DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

Marco de Canaveses

2016

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Introdução	4
2. Atividades Desenvolvidas	4
2.1 Instalações e capacidade técnica	5
2.2 DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária)	6
2.3 NORTE 2020.....	7
2.4 Património Natural	10
2.5 Património Cultural	10
2.6 Grupos Operacionais - PDR 2020	11
2.7 PROVERE.....	13
2.8 Empreendedorismo em Meio Rural Norte – EMERN.....	14
2.9 Formação.....	15
2.10 Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) - IEFP.....	16
2.11 Redes Sociais Locais - CLAS	16
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	18
3. Atividade Global	18
3.1 Dívidas a Administração Tributária e Seg. Social	19
3.2 Proposta de Aplicação de Resultados.....	19
3.3 Fatos Relevantes Ocorridos após Termo do Exercício	20
3.4 Colaboração e Agradecimentos	20
BALANÇO	21
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	22
ANEXO.....	23
4. Identificação da Entidade	23
5. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	23
6. Principais Políticas Contabilísticas	24
7. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas.....	28
8. Ativos Fixos Tangíveis	28
9. Ativos Intangíveis.....	30
10. Locações	30
11. Inventários.....	30
12. Rédito	31
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31

14.	Subsídios à exploração	31
15.	Imposto sobre o Rendimento	32
16.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	32
17.	Benefícios dos empregados	32
18.	Custos de Empréstimos Obtidos	32
19.	Outras Informações	32
20.	Investimentos Financeiros	33
20.1	Quotas Cooperadores	33
20.2	Clientes	33
20.3	Outras contas a receber	33
20.4	Diferimentos	34
20.5	Caixa e Depósitos Bancários	34
20.6	Capital Próprio	34
20.7	Fornecedores	35
20.8	Estado e Outros Entes Públicos	35
20.9	Outras Contas a Pagar	35
20.10	Outros Passivos Financeiros	35
20.11	Subsídios e subsídios à exploração	36
20.12	Fornecimentos e serviços externos	36
20.13	Outros rendimentos e ganhos	36
20.14	Outros gastos e perdas	37
20.15	Outros rendimentos/gastos de financiamento	37
20.16	Acontecimentos após data de Balanço	37

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Ao abrigo dos estatutos da Cooperativa Dolmen, vem a Direção apresentar aos seus Cooperadores o relatório de atividades e respetivas demonstrações financeiras referente ao período findo em 31/12/2016.

O presente relatório é constituído por três partes distintas:

- 1) Relatório de Gestão apresentado pela Direção da Dolmen onde é efetuada a análise ao ano de 2016, perspetivas futuras e proposta de aplicação de resultados;
- 2) Contas do ano de 2016: composto por Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza;
- 3) Anexo às Contas – desdobramento e explicação das políticas contabilísticas e das contas.

2. Atividades Desenvolvidas

A Dolmen, na implementação das suas atividades procura dar resposta à boa gestão de Programas de iniciativa LEADER, tanto no que respeita a análise como no acompanhamento dos projetos apoiados, bem como nas ações de dinamização económica, social e cultural do território. Note-se que a crise socioeconómica e as dificuldades financeiras sentidas nos últimos anos, colocaram a sociedade muito mais vulnerável e mais dependente das instituições e da economia, sobretudo a de mais pequena escala muito dependente dos apoios e incentivos ao investimento.

A situação vivenciada pela nossa região acentuou ainda mais a necessidade da existência da nossa instituição, cada vez mais robusta e capaz de fomentar, implementar e dinamizar iniciativas no meio Rural, apoiando a economia local, através de Programas Nacionais e Comunitários.

Nesse sentido, a Dolmen estabeleceu como principal objetivo proporcionar ao território uma constante melhoria de qualidade de vida e dinamização económica, no sentido de criar condições para a fixação de jovens e atração de novos residentes/promotores de investimento

Os Centros de Promoção de Produtos Locais de Baião e Marco de Canaveses, o Espaço Douro e Tâmega de Amarante e o Espaço Douro Verde em Cinfães, têm como o objetivo apoiar os artesãos e os pequenos produtores agro-alimentares (vinho, fumeiro, doçaria, etc.) e a promoção da região a partir dos seus produtos. Estes Espaços assumem ainda o papel de divulgação e promoção do território, tendo por base o Roteiro *Viagem pelo Douro Verde*, editado em 2015 e naturalmente pontos de venda de produtos locais de excelência por forma a obter receitas económicas para o fomento da economia local.

2.1 Instalações e capacidade técnica

A Dolmen é um Grupo de Ação Local (GAL), reconhecido pela Autoridade de Gestão para a gestão da DLBC, um Programa de iniciativa Comunitária *Abordagem Leader*.

Tem instalações e atendimento técnico em Amarante, Baião e Marco de Canaveses. Os recursos humanos são compostos por 1 coordenador, 10 técnicos de desenvolvimento local, formados em diferentes áreas relacionadas com as Ciências Agrárias, Economia, Gestão e Administração, Direito, Relações Internacionais, Comunicação e 1 Administrativo e 5 Agentes de promoção de produtos locais, distribuídos pelas instalações de Amarante, Baião, Cinfães e Marco de Canaveses. As instalações de Amarante estão inseridas no Espaço Douro & Tâmega - um espaço que contempla gabinetes técnicos, centro de informação e interpretativo da Rota do Românico, centro interpretativo do território Douro Verde e um Espaço de Promoção de Produtos Locais. As instalações de Baião e Marco de Canaveses têm agregado um Centro de Promoção de Produtos Locais.

O Espaço Douro Verde de Cinfães e Resende, têm a par dos outros espaços o objetivo de apoiar os artesãos e os pequenos produtores agro-alimentares (vinho, fumeiro, doçaria, etc.) e a promoção da região a partir dos seus produtos. Estes Espaços assumem ainda o papel de divulgação e promoção do território, tendo por base o Roteiro *Viagem pelo Douro Verde*, editado em 2015 e naturalmente pontos de venda de produtos locais de excelência por forma a obter receitas económicas para o fomento da economia local.

Em 2016, a Dolmen procedeu a uma revisão estatutária onde procedeu ao alargamento do âmbito e objeto de atuação e à alteração da denominação da Cooperativa, passando de Dolmen - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL para Dolmen – Desenvolvimento Local e Regional, CRL.

No seu orçamento para 2016, a Direção, propôs implementar e desenvolver diversas atividades no âmbito do DLBC, SIAC's, PROVERE e na Promoção do território, bem como dos seus Produtos Locais de excelência. O sucesso desta promoção deve-se também à dedicação e empenho constante dos Municípios, nomeadamente no apoio à participação assídua em feiras e certames nacionais e internacionais.

2.2 DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária)

No ano de 2016 foram abertas as primeiras candidaturas no âmbito do DLBC Douro Verde 2020.

A OPERAÇÃO 10.2.1.1. PEQUENOS INVESTIMENTOS NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS, cujos objetivos são i) promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores e ii) contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola, teve candidaturas abertas entre o dia 10/08/2016 e o dia 30/09/2016. Foram rececionadas 59 candidaturas com um investimento total de 2.099.101,38€ e uma despesa pública potencial de 936.066,59€ para uma dotação de 333.682,10€.

A OPERAÇÃO 10.2.1.2. PEQUENOS INVESTIMENTOS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, com apoios que visam contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas, esteve com candidaturas abertas entre 10/08/2016 e 11/11/2016. Entraram 25 candidaturas com um investimento total de 4.500.056,78€ e uma despesa pública potencial de 1.731.482,12€ para uma dotação de 272.284,34€.

O relativamente elevado nº de candidaturas recebidas a estas ações foi também resultado da implementação de diversas sessões de apresentação do DLBC, distribuídas pelo Território Douro Verde, conforme o cronograma seguinte:

- 18 de novembro de 2016, pelas 21h00 no Auditório da Junta de Freguesia de Alpendorada;
- 07 de outubro de 2016, pelas 18h00 na CLAP (Centro Local de Animação e Promoção Rural) em Vila Chã do Marão, Amarante;
- 14 de setembro de 2016, pelas 18h00 no Museu Municipal de Resende;
- 03 de setembro de 2016, pelas 14h30 na Junta de Freguesia de Soalhães, Marco de Canaveses;

- 27 de julho de 2016, pelas 18h00 no Auditório Municipal de Marco de Canaveses;
- 26 de julho de 2016, pelas 18h00 no Espaço Douro & Tâmega (instalações da Dolmen em Amarante);
- 15 de julho de 2016, pelas 15h30 no Auditório Municipal de Cinfães;
- 11 de julho de 2016, pelas 18h00 no Auditório Municipal de Resende;
- 08 de julho de 2016, pelas 10h00 no Auditório Municipal de Baião;
- 07 de julho de 2016, pelas 18h00 no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos (Penafiel);
- 20 de maio de 2016, pelas 21h00 na Junta de Freguesia de Ancede e Ribadouro, Baião;
- 20 de maio de 2016, pelas 19h00 na Junta de Freguesia de Carvalho de Rei, Amarante.

No sentido de consolidação e uniformização de conhecimentos e procedimentos, relativos à análise da operação 10.2.1.1. Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas e operação 10.2.1.2. Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização a Dolmen participou em diversos encontros:

- Ações de capacitação dos GAL – 2016/08/04 – Sol do Ave – Guimarães;
- Ponto de situação LEADER/DLBL - Reunião de Coordenadores/Diretores – 2016/07/18 - CNEMA – Santarém;
- Workshop - Análise de Candidaturas aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas do PDR2020, desenvolvida pela ADRIL – 2016/11/09 - Ponte de Lima;
- Reunião trabalho com a Autoridade de Gestão do PDR2020 – 23/11/2016 – Lisboa.

2.3 NORTE 2020

Sistema de Apoio às Ações Coletivas - Internacionalização

O Sistema de Apoio às Ações Coletivas visa contribuir para a melhoria das condições de competitividade, de natureza coletiva, com particular relevo para as associadas a fatores imateriais, devendo materializar-se na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia. O Sistema de Apoio às Ações coletivas contempla quatro áreas de atuação: Transferência do conhecimento científico e tecnológico; Internacionalização; Qualificação e Promoção do Espírito Empresarial.

As candidaturas em que a Dolmen participa, quer enquanto entidade parceira, quer enquanto entidade líder de consórcio, enquadram-se nos domínios da Internacionalização e da Promoção do Espírito Empreendedor e Empresarial, cujos objetivos consistem no:

1. Aumento do reconhecimento internacional coletivo de bens e serviços produzidos em Portugal;
2. Potenciação, ainda que indiretamente, do sucesso da internacionalização das PME;
3. Aumento do conhecimento sobre os mercados;
4. Aumento das iniciativas coletivas de cooperação interempresarial;
5. Reforço da cooperação, das parcerias e das redes de apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo;
6. Potenciação do apoio à geração de ideias inovadoras, a iniciativas empresariais e à criação de novas empresas;

2.3.1 Candidaturas em execução

Operação NORTE-02-0752-FEDER-000021

"Territórios de Baixa Densidade - Low Density High Quality"

Calendarização da Operação: Início 01 de fevereiro de 2016 | Fim 31 de janeiro de 2018

Descrição Sumária	Entidades Envolvidas	Investimento Total	Investimento Dolmen
No âmbito da presente candidatura serão promovidas ações com vista ao reforço da internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, existentes nos territórios classificados de baixa densidade, no espaço geográfico da NUT III do Baixo Tâmega e Sousa.	Dolmen CETS	478 066,13€	383 266,14€

Atividades Desenvolvidas em 2016

Ação 1 - Dinamização, acompanhamento e avaliação do projeto

- Sessão de Apresentação do projeto | Centro Interpretativo do Vale do Bestança | 30 de abril 2016;
- I Encontro de Investidores da Diáspora | Auditório Olga Cadaval | 16 e 17 de dezembro de 2016;
- Participação no *winetour* organizado pela LusoVini - Palácio das Necessidades | Lisboa | 19 de setembro de 2016.

Ação 3 - Business Scan de Internacionalização para o setor agroalimentar e turístico

- Realização do estudo | setembro a dezembro de 2016.

Ação 5 - Atividades da Benchmarking e Marketing Territorial

- Participação no encontro Astur Luso – Siero; 26 a 28 de fevereiro de 2016;
- Participação nas Festas da Reconquista de Vigo; 2 e 3 de abril de 2016;
- Festival do Marisco de Vigo; 8, 9, 10 e 11 de setembro de 2016.

Operação NORTE-02-0752-FEDER-000016

"Tâmega e Sousa Internacionaliza"

Calendarização da Operação: Início 01 de junho de 2016 | Fim 30 de maio de 2018

Descrição Sumária	Entidades Envolvidas	Investimento Total	Investimento Dolmen
O projeto "Tâmega e Sousa Internacionaliza" visa o apoio na projeção internacional dos produtos e serviços produzidos na Região do Tâmega e Sousa. Para o efeito, encontram-se previstas ações dirigidas à capacitação dos recursos humanos para a internacionalização, iniciativas prospeção de mercados, contacto com "boas práticas" de internacionalização, e participação em eventos (feiras/exposições) de amplitude internacional	CETS CIM-TS Dolmen Adersousa IPP	1.130.016,38€	295 632,46€

Atividades Desenvolvidas em 2016
Ação 4 - Promoção, conhecimento e acesso a mercados internacionais estratégicos

- II Feira Internacional de Gastronomia e Vinhos do Tâmega e Sousa no Luxemburgo | 18 e 19 de junho
- Festival Arcú Atlântico | Gijón | de 23 de julho a 01 de agosto
- Participação na FIDMA - Feira Internacional de Mostras das Astúrias | 06 a 21 de agosto

2.3.2 Candidaturas Submetidas (A aguardar decisão)

Projeto	Descrição Sumária	Entidades Envolvidas	Investimento Total	Investimento Dolmen
"Economia Ativa Douro Verde" Sistema de Apoio às Ações Coletivas NORTE 2020	Pretende-se promover uma cultura de empreendedorismo e capacitação organizacional, e por esta via reforçar significativamente as competências dos diferentes atores que interagem nas dinâmicas de incentivo e estímulo do espírito empresarial e do empreendimento, promover a criação de novas empresas, contribuir para a aceleração das empresas existentes, e valorização das atividades agropecuárias e de valorização de produtos locais.	Dolmen AEB	1 142 412,98€	835 038,70€
"Programa de Empreendedorismo no Tâmega e Sousa" Sistema de Apoio às Ações Coletivas NORTE 2020	Criar um centro de inteligência turística que obste à falta de inteligência e de organização na montagem de produtos estruturados de turismo. Promover a integração das PME's em cadeias de valor em torno desses produtos estruturados Aturar como organizador, broker e indutor de empreendedorismo, contribuindo para renovar a economia de baixa densidade.	IPP Dolmen TPNP CIM-TS AHRESP	2 911 214,00€	106 871,00€

2.4 Património Natural

No âmbito do Aviso nº NORTE-14-2016-01 - Património Natural, Domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, do NORTE2020, destinado à conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, foram submetidas três candidaturas que assumem especial relevância na estratégia definida pela Dolmen em prol do desenvolvimento do território Douro Verde, prevendo-se que a sua execução decorra entre 2017 e 2018.

As referidas candidaturas não preveem afetação de recursos humanos e são as seguintes:

Projeto	Descrição Sumária	Entidades Envolvidas	Investimento Total	Investimento Dolmen
"Vivenciar Montemuro" Património Natural (Baixa Densidade)	O presente projeto prevê a definição, implementação e sinalização de uma rede de percursos pedestres (num total de 6 Pequenas Rotas e 1 Grande Rota) e uma rede de percursos de BTT, num total de 3 trilhos. O projeto incluirá ainda investimento infraestrutural, em três edifícios, antigas escolas primárias (Gralheira, Felgueiras e Feirão), prevendo-se a sua refuncionalização para estruturas de apoio aos BTTistas e pedestrianistas.	CM Cinfães CM Resende Dolmen	349 946,21€	9 814,50€
"Douro Verde: Entre o Rio e as Serras" Património Natural (Baixa Densidade)	A operação orienta-se para a preservação e valorização do património natural, através de ações de sensibilização para preservação e valorização ambiental; promoção para uma economia sustentável; promoção de atividades de turismo da natureza; e ações de benchmarking. O objetivo principal é associar ao património natural a promoção do desenvolvimento de base territorial e para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos seus habitantes	Dolmen CM Baião CM Cinfães CM Resende	349 996,50€	199 998,00€
"Gestão Ativa do Património Natural da Serra da Aboboreira" Património Natural	A operação visa promover a Gestão Ativa do Património Natural da Serra da Aboboreira, território alvo de processo aberto para a criação da Paisagem Protegida da Serra da Aboboreira, e tem como principal objetivo a sua valorização e promoção, visando a atração e sensibilização de públicos diversos.	AMBT Dolmen	349 522,95 €	33 210,00 €

2.5 Património Cultural

Prosseguindo o princípio de cooperação interinstitucional, a Dolmen assumiu a responsabilidade de elaboração da candidatura "Valorização e Recuperação do Complexo Paroquial da Igreja de Santa Maria de Marco de Canaveses", sendo uma candidatura que resulta da parceria

estabelecida entre a Fábrica da Igreja, que se assume como entidade Líder do projeto, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia do Marco.

Descrição Sumária	Entidades Envolvidas	Investimento Total
A operação incide sobre o Complexo Paroquial da Igreja de Sta. Maria de Marco de Canaveses, monumento de interesse público, projeto da autoria do Arq. Siza Vieira e estão previstas obras de recuperação da Igreja e do centro paroquial, e obras de construção do edifício de apoio a atividades culturais. Serão ainda implementadas atividades promocionais de temáticas diversas tendo por objetivo evidenciar a versatilidade deste complexo arquitetónico.	Fábrica da Igreja CM Marco de Canaveses Junta do Marco	1 390 233,22€

2.6 Grupos Operacionais - PDR 2020

No seguimento de reunião promovida pela Dolmen, realizada a 11 de fevereiro de 2016, envolvendo os municípios de Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Resende e Celorico de Basto, foram identificadas algumas temáticas com relevância nos setores agrícola, agroalimentar e florestal deste território, a contemplar em candidaturas, visando a resolução de problemas concretos ou potenciar oportunidades que se colocam nestes setores.

Foi neste contexto que a Dolmen integrou, quer enquanto entidade líder, quer enquanto entidade parceira, as seguintes candidaturas, submetidas ao PDR 2020 – ÁREA N.º 1 INOVAÇÃO E CONHECIMENTO | GRUPOS OPERACIONAIS:

Pequenos Ruminantes no Douro Verde

Parceiro responsável pela parceria	DOLMEN - Desenvolvimento Local e Regional, CRL
Designação da parceria	Pequenos Ruminantes no Douro Verde
Iniciativa a desenvolver	Contributo para o uso racional e sustentável de antiparasitários na produção de pequenos ruminantes nas regiões de montanha.
Investimento Total	387 293,00 €
Investimento Dolmen	173 043,00 € dos quais 98 332,83 € respeitante a Recursos Humanos

Controlo e minimização de prejuízos da espécie invasora *Vespa velutina nigrithorax* (*Vespa velutina*) na produção apícola

Parceiro responsável pela parceria	DOLMEN - Desenvolvimento Local e Regional, CRL
------------------------------------	--

Designação da parceria	Controlo e minimização de prejuízos da espécie invasora Vespa velutina nigrithorax (Vespa velutina) na produção apícola
Iniciativa a desenvolver	Pretende resolver-se o problema, a nível da manutenção dos apiários e da produção apícola, colocado com a introdução em Portugal da espécie exótica Vespa velutina (Vespa velutina nigrithorax), também conhecida por Vespa Asiática, nativa do continente asiático, considerada invasora em território europeu.
Investimento Total	404 574,00€
Investimento Dolmen	188 898,00€ dos quais 109 670,63€ respeitante a Recursos Humanos

Cereja de Resende – Valorização da produção da Cereja de Resende e posicionamento da sub-fileira nos mercados Produção

Parceiro responsável pela parceria	UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Designação da parceria	Grupo Operacional para a valorização da produção da Cereja de Resende e posicionamento da sub-fileira nos mercados
Iniciativa a desenvolver	O plano de ação a desenvolver visa criar condições para melhorar a capacidade competitiva da produção de Cereja de Resende, a sua adaptação, certificação e integração no mercado.
Investimento Total	470 941,00 €
Investimento Dolmen	90 272,00 € dos quais 29 838,75 € respeitante a Recursos Humanos

Cereja de Resende – Grupo Operacional para a valorização económica e comercialização da Cereja de Resende

Parceiro responsável pela parceria	UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Designação da parceria	Grupo Operacional para a valorização económica e comercialização da Cereja de Resende
Iniciativa a desenvolver	O plano de ação a desenvolver visa criar condições para converter a produção do fruto fresco numa sub-fileira estratégica - Cereja de Resende, elevando o referencial de qualidade da produção, a sua integração e orientação para mercados específicos.
Investimento Total	486 250,00€
Investimento Dolmen	116 906,00€ dos quais 61 305,12€ respeitante a Recursos Humanos

Melão Casca de Carvalho – Polpa +

Parceiro responsável pela parceria	ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
Designação da parceria	Melão Casca de Carvalho – Polpa+
Iniciativa a desenvolver	Novos produtos com base em melão Casca de Carvalho, incremento da percentagem de frutos com potencial comercial em fresco, melhoria da produção e aproveitamento do potencial para processamento e aumento do rendimento dos agentes.
Investimento Total	469 493,00 €
Investimento Dolmen	21 000,00€ dos quais 10 153,65 € respeitante a Recursos Humanos

MINHOFRUCTUS

Parceiro responsável pela parceria	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
Designação da parceria	MINHOFRUCTUS
Iniciativa a desenvolver	Valorizar um conjunto de variedades regionais de frutas da região do Minho, já identificadas, através do estudo e desenvolvimento de técnicas produtivas sustentáveis, novas utilizações em fresco e após processamento em 1ª transformação, que permitam a criação de produtos inovadores e a sua valorização no mercado.
Investimento Total	480 140,00 €
Investimento Dolmen	32 947,00€, dos quais 13 563,05 € respeitante a Recursos Humanos

2.7 PROVERE

Douro' Tâmega' Sousa | Território Único

No âmbito do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), que tem como finalidade assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas de promoção da competitividade territorial, e dando seguimento ao trabalho desenvolvido no quadro comunitário anterior, a Dolmen elaborou, em conjunto com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a candidatura tendo em vista o reconhecimento Formal das EEC PROVERE, tendo a mesma sido submetida em março de 2016.

O modelo de governação em que assentou esta candidatura, prevê que a CIM Tâmega e Sousa seja a entidade Líder do Consórcio e a Dolmen a entidade gestora do consórcio, assumindo funções de caráter executivo.

Abrangência Territorial

De acordo com a classificação dos territórios de baixa densidade, atribuída pela Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação n.º 55/2015 de 01 de julho de 2015, estão classificados, na NUT III Tâmega e Sousa, a totalidade dos municípios de Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende, e parte dos municípios de Amarante (abrangendo as freguesias de Ansiães, Candemil, Jazente, Rebordelo, Salvador do Monte, Gouveia (São Simão), Vila Chã do Marão, União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei e União das freguesias de Olo e Canadelo), Marco de Canaveses (freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada) e Castelo de Paiva (freguesia de Real).

Não obstante o PROVERE ser um instrumento dirigido a territórios de baixa densidade, foram contemplados no Plano de Ação, projetos a executar fora destes territórios, pelo fator de complementaridade e potenciação da Estratégia de Eficiência Coletiva.

Considerando as características destes territórios, os recursos endógenos a valorizar passarão necessariamente pelo património natural e cultural sem descurar os produtos locais de qualidade e referência inquestionáveis e, ainda, a valorização dos recursos humanos e capacitação instalada, reposicionando-se os percursos de aprendizagens profissionais.

Temas prioritários

A estratégia proposta para a EEC PROVERE Douro, Tâmega e Sousa | Território Único organizou-se em torno de cinco temas prioritários:

1. Valorização do património natural e cultural do Tâmega e Sousa
2. Valorização dos produtos locais de qualidade
3. Valorização dos recursos termais e turismo de bem-estar
4. Promoção e animação territorial
5. Qualificação e reforço da oferta de serviços de turismo

Plano de Ação - Projetos âncora

Foram propostos 20 projetos-âncora, totalizando um investimento de 19,6 milhões de euros correspondentes a uma comparticipação FEDER de 16,6 milhões, sendo promovidos por 12 entidades diferentes, das quais 2 privadas sem fins lucrativos e 10 públicas.

Plano de Ação - Projetos Complementares

No que se refere aos projetos complementares o programa de ação inclui 387 projetos, totalizando um investimento de 220,4 milhões de euros correspondentes a uma comparticipação FEDER de 187,3 milhões.

2.8 Empreendedorismo em Meio Rural Norte – EMERN

Em 2016 foi aprovado o projeto EMER-N, tendo-se iniciado os tramites para operacionalizar a execução do projeto.

O objetivo é reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e tem como plano estratégico, a promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração

económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas. Basear-se-á, essencialmente no apoio ao empreendedorismo em territórios rurais.

O território de ação são os concelhos de Amarante, Baião, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. A dotação orçamental da Dolmen no projeto é de 90 900,00€, participado pelo FEDER a 85%, devendo a operação estar executada até agosto de 2018.

2.9 Formação

A Dolmen procurou prosseguir e reforçou o papel desempenhado no território, enquanto entidade formadora certificada, cumprindo integralmente a sua missão:

No decorrer do ano de 2016, o departamento de formação, propôs diversas ações de formação não financiadas, formação à medida e cheque formação, no entanto, com as inscrições recebidas, não foram suficientes para formar ações com o nº mínimo de formandos.

Relativamente à formação financiada, a Dolmen, apresentou diversas candidaturas, de acordo com os avisos que forma abrindo, designadamente:

Qualificar PME's Douro Verde (aprovado)

Aviso nº 6-SI-2016 – COMPETE 2020 Programa Operacional Competitividade e Internacionalização OI - AEP – Associação Empresarial de Portugal como organismo intermédio	Projetos Conjuntos Formação Ação
Resumo da candidatura	Pretende-se com esta candidatura contribuir para o reforço das capacidades das temáticas de organização e gestão e economia digital de 26 PME's do território Douro Verde. Em cada Microempresa será efetuado um percurso formativo e de consultoria.
Investimento apresentado	180 287.32€
Investimento aprovado	110 841.59€
Início de execução previsto	Junho 2017

Qualificar os jovens agricultores do Douro Verde (aprovado sem dotação orçamental)

Aviso nº 01 / Operação 2.1.1 / 2016, 1o Período - PDR2020	Formação Jovem Agricultor
Resumo da candidatura	Pretende-se com esta candidatura dotar os jovens agricultores com os conhecimentos necessários à concretização dos projetos de instalação aprovados no âmbito do PDR 2020 e do PRODER, a partir de 01/01/2013 do território Doro Verde, restantes concelhos da NUT III e alguns concelhos limítrofes.

Investimento apresentado	124 973.96€
--------------------------	-------------

Qualificar o Douro Verde (desfavorável - a aguardar resposta ao contraditório apresentado)

Aviso nº POISE – 24 – 2016 - 04	Formação Modular para Empregados e Desempregados
Resumo da candidatura	Esta candidatura consiste na realização de Ações de Formações Modular Certificadas, estruturadas sob a forma de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), de nível 2 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), realizados de acordo com os referenciais previstos no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), a desenvolver no Território Douro Verde
Investimento apresentado	111 977.01€

2.10 Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) - IEFP

A DOLMEN enquanto entidade credenciada como Prestadora de Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos, no âmbito de protocolo de colaboração celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), referente ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo, prestou durante o ano de 2016 apoio técnico prévio à aprovação dos projetos de criação de emprego, ao nível da conceção e elaboração de planos de negócio e apresentação das respetivas candidaturas ao IEFP dos seguintes promotores e no âmbito das seguintes medidas:

Promotor	Localização	Medidas de Apoio
Marisa Cristina Santos Vieira e Carlos Manuel Alves de Queirós Vieira	Marco de Canaveses	Investe Jovem

A referida credenciação confere à DOLMEN a prestação de apoio técnico aos promotores envolvidos nas medidas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego promovidas pelo IEFP, fazendo a DOLMEN parte integrante da Rede de Entidades Prestadoras de Apoio Técnico (EPAT).

2.11 Redes Sociais Locais - CLAS

A participação nas Redes Sociais Locais, quer enquanto membro do Núcleo Executivo, quer enquanto membro do Plenário dos Conselhos Locais de Ação Social, é de igual forma crucial para a

tomada de consciência das necessidades e realidades existentes em cada município em que atua, no domínio da ação social.

Neste fórum definem-se as medidas tendo em vista a promoção da inclusão social e o combate à pobreza, áreas para as quais a DLBC está também orientada.

A Dolmen manteve a colaboração nos CLAS das Redes Sociais dos Municípios de Amarante, Baião, Marco de Canaveses Resende e Cinfães.

Em 2016 a manteve ainda a confiança do CLAS de Baião, continuando assim, no Núcleo Executivo da Rede Social, bem como no Núcleo Local de Inserção de Baião.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3. Atividade Global

Em 2016, a atividade manteve-se intensa nomeadamente na preparação e arranque da execução da DLBC.

Resultados	2016	2015
Rendimentos	663 532,22	1 654 409,03
Gastos	-663 269,90	-1 649 498,96
Total	262,32	4 907,07

Gastos equilibrados com os rendimentos, resultando num resultado líquido do período de 262,32€.

Rendimentos	2016	2015
- Subsídios à exploração (PDR-DLBC, NORTE2020, etc)	477 538,82	1 472 153,33
- Vendas	125 338,76	105 101,36
- Prestações de serviços	5 013,42	68 756,12
- Outros rendimentos	1 503,03	8 950,60
- Quotas dos Cooperadores	38 300,00	-
Total	647 694,03	1 654 961,41

As vendas aumentaram, aproximadamente 20%, face a 2015. Este aumento justifica-se com a afirmação dos espaços da Dolmen e com a crescente notoriedade que os produtos do Douro Verde vão criando nos consumidores. Contribui em muito para as vendas as campanhas de cabazes de Natal que ano após ano aumenta a procura.

As prestações de serviços registaram uma significativa descida, uma vez que em 2016 não se verificou procura pelos serviços que a Dolmen oferece.

Na rubrica subsídios verificou-se uma certa e natural descida face ao aumento verificado no ano de anterior, uma vez que em 2015 houve um acréscimo pontual de transferências do ON.2/QREN, no âmbito das candidaturas apresentadas ao Overbooking.

Em termos globais aos gastos diminuíram face a 2015, no entanto os gastos com pessoal e os custos das matérias vendidas e das matérias consumidas aumentaram relativamente ao exercício anterior.

Gastos	2016	2015
- Fornecimento de Serviços Externos (FSE)	-218 346,43	- 1 194 817,99
- Gastos com Pessoal	-288 748, 01	-273 415,99
- Depreciações	-32 206,06	-33 016,15
- Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)	-94 598,76	-72 751,26
- Outros Gastos e Perdas	-27 758,86	-62 166,08
- Outros Gastos de Financiamento	-718,14	-6 555,21
Total	-662 376,26	-1 642 722,68

As rubricas com maior relevância na estrutura dos gastos são os gastos com pessoal e os gastos com fornecimentos de serviços externos e depois com um ligeiro aumento face a 2015, estão os gastos com os custos das matérias vendidas e das matérias consumidas - CMVMC.

Analisando cada uma das suas rubricas podemos concluir, que no que respeita aos fornecimentos e serviços externos, verifica-se uma significativa alteração face a 2015, passando de 1 194 817,99€ em 2015 para 218 346,43€ em 2016. Esta diferença verifica-se sobretudo pelo facto de a Dolmen, em 2015, ter sido a entidade executora dos projetos do Overbooking do QREN, reconhecendo toda a despesa associada a em trabalhos especializados.

Nos gastos com o pessoal verificou-se um ligeiro aumento uma vez que por força do aumento da atividade, a Dolmen, reforçou a sua equipa técnica local. Quanto aos CMVMC, entende-se que aumentaram proporcionalmente às vendas.

3.1 Dívidas a Administração Tributária e Seg. Social

A Dolmen não têm em mora qualquer dívida a AT e a SS ou outras entidades Públicas.

3.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Aos resultados do exercício de 2016 de 262,32€ propõe-se a seguinte aplicação:

- Reservas legais:	13,12 €
- Reservas para a educação e formação cooperativas:	13,12 €
- Resultados Transitados:	236,08 €

3.3 Fatos Relevantes Ocorridos após Termo do Exercício

Não se verificou a existência de qualquer fato relevante após o termo do exercício.

3.4 Colaboração e Agradecimentos

Cumpre-nos agradecer aos membros cooperadores em especial aos cooperadores com responsabilidades nos Órgãos Sociais, parceiros institucionais e ao pessoal pela dedicação e empenho.

Especial agradecimento às Câmaras Municipais.

Igualmente a todos os promotores, clientes e fornecedores e entidades parceiras na persecução da implementação da DLBC (Federação Minha Terra, AG PDR 2020, IFAP, CCDRN).

O CA/Direção,

Telmo Manuel Medeiros Pinto
Presidente

Câmara Municipal d Cinfães
Vice-Presidente

Ass. Nacional de Criadores da Raça Arouquesa
Secretária

Manuel Pereira Cardoso
Tesoureiro

Bem-Estar - Ass. Solidariedade Social de Gondar
Vogal

Junta de freguesia de Sobretâmega
Vogal

Marco de Canaveses, 27 de Abril de 2017.

BALANÇO**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(modelo para reduzido)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ACTIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	0		117 143,56	149 282,59
Propriedades de investimento	0			
Ativos intangíveis	0			
Investimentos financeiros	0		1 022,19	649,13
Créditos e outros ativos não correntes	0			
			118 165,75	149 931,72
Activo corrente				
Inventários	0		14 479,79	13 406,63
Clientes	0		15 618,93	13 936,57
Estado e outros entes públicos	0			
Capital subscrito e não realizado	0			
Outras créditos a receber	0		1 612 205,40	156 761,70
Diferimentos	0		571,05	3 341,66
Outros ativos correntes	0			
Caixa e depósitos bancários	0		162 543,64	217 901,49
			1.805 418,81	405 348,05
Total do Ativo			1 923 584,56	555 279,77
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	0		169 145,40	166 020,40
Ações (quotas) próprias	0			
Outros instrumentos de capital próprio	0			
Prémios de emissão	0			
Reservas legais	0		23 854,91	23 364,21
Outras reservas	0		16 958,69	16 467,99
Resultados transitados	0		244 952,51	245 855,73
Excedentes de revalorização	0			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	0			15 840,68
Resultado líquido do período			262,32	4 907,07
Total do capital próprio			455 173,83	472 456,08
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	0			
Financiamentos obtidos	0			
Outras dívidas a pagar	0			
Passivo corrente				
Fornecedores	0		15 517,43	13 568,30
Estado e outros entes públicos	0		11 016,39	22 821,23
Financiamentos obtidos	0			
Diferimentos	0		1 441 876,91	9 098,91
Outros passivos correntes	0			37 335,25
			1 468 410,73	82 823,69
Total do passivo			1 468 410,73	82 823,69
Total do capital próprio e do passivo			1 923 584,56	555 279,77

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O TOC/Contabilista Certificado

António Manuel Domingues Carneiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	0	130 352,18	173 305,10
Subsídios à exploração	0	477 538,82	1 472 153,33
Variação nos inventários da produção	0		
Trabalhos para a própria entidade	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	-94 598,76	-72 751,26
Fornecimentos e serviços externos	0	-218 346,43	-1 194 817,99
Gastos com o pessoal	0	-288 748,01	-273 415,99
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0		
Provisões (aumentos / reduções)	0		
Outras imparidades (perdas / reversões)	0		
Aumentos / reduções de justo valor	0		
Outros rendimentos	0	55 641,22	6 865,60
Outros gastos	0	-27 758,86	-62 166,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 080,16	49 172,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	0	-32 206,06	-33 016,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 874,10	16 156,56
Juros e rendimentos similares obtidos	0		2 085,00
Juros e gastos similares suportados	0	-718,14	-6 555,21
Resultados antes de impostos		1 155,96	11 686,35
Imposto sobre o rendimento do período	0	-893,64	-6 779,28
Resultado líquido do período		262,32	4 907,07

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O TOC/Contabilista Certificado

O CA/Direção

António Manuel Domingues Carneiro

ANEXO

4. Identificação da Entidade

A “Dolmen – Cooperativa de Formação, Educação e de Desenvolvimento do Baixo Tâmega” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Cooperativa.

Os Estatutos estão publicados na Série III do n.º 138 do Diário da República de 15 de junho de 1993, é reconhecida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - CASES, com sede na Alameda Dr. Miranda da Rocha, n.º 266 – 4630-200 Marco de Canaveses. Tem por objeto social a realização de ações de apoio ao desenvolvimento integrado do território na sua área social, cultural e ambiental, contribuindo para a promoção da Região, através de atividades de apoio ao turismo, artesanato e cultura, valorização dos recursos endógenos do território, estudos socioeconómicos e prestação de serviços de formação profissional e educação, inserindo-se no ramo das cooperativas de serviços.

A sua área social circunscreve-se à NUT III Tâmega, dispõe de instalações em Amarante e Baião e poderão ser estabelecidas delegações noutros concelhos incluídos na área social referida.

São fins da Cooperativa a participação no desenvolvimento socioeconómicos das populações abrangidas pela sua área social, através da aplicação dos princípios cooperativos e a cooperação e entreajuda dos seus membros, não prosseguindo fins lucrativos.

Atualmente a Dolmen é um Grupo de Ação Local (GAL), tem um acordo/contrato de cooperação celebrado com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP e/ou Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020).

5. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a alínea e) do n.º 1 do Artigo 3 do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro¹, apresentadas em SNC – Sistema de Normalização Contabilística. Assim, as demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no SNC, tendo igualmente

¹ O Artigo 257º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2013, altera a alínea e) do n.º 1 do Artigo 3º, que passa a ter a seguinte redação:

e) Cooperativas, exceto aquelas cujo ramo específico não permita sob qualquer forma direta ou indireta, a distribuição de excedentes, designadamente as Cooperativas de Solidariedade Social, previstas na alínea m) do n.º 1 do Art. 4º da Lei 51/1996, de 7 de setembro, equiparadas a Instituições Particulares de Solidariedade Social e, nessa qualidade, registadas na Direção-Geral da Segurança Social.

sido adotadas as demonstrações financeiras de 2015, para efeitos de comparação com os dados de 2016.

O Sistema de Normalização Contabilística é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- CC - Código de Contas;
- MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- NCRF-PE - Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades;
- NCRF's - Normas contabilísticas e de relato financeiro;
- NI - Normas Interpretativas;
- EC - Estrutura conceptual;
- Instrumentos Contabilísticos.

6. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

6.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

6.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades Sem Fins Lucrativos, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

6.2.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

6.2.2 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os cooperadores, promotores e sociedade em geral.

6.2.3 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos cooperadores com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

6.2.4 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

6.2.5 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

6.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cooperadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de cooperadores ou beneméritos que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa, depósitos bancários e outros depósitos a favor da Dolmen (garantias).

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

6.2.7 Capital Próprio (Fundos Patrimoniais)

A rubrica “*Capital Próprio*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Doações ou subsídios não reembolsáveis;
- Rendimentos e bens de Cooperativa;
- Resultados da atividade da Cooperativa;
- Subsídios que o Estado ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Quaisquer outras não impedidas por Lei nem contrárias aos Estatutos.

6.2.8 Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

Neste período não se registou “*Empréstimo Obtidos*”.

7. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram grandes efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, no entanto realça-se que neste período reconheceu-se os subsídios à exploração decorrentes dos projetos aprovados pelas Autoridades de Gestão do PDR 2020, NORTE 2020 e Compete 2020.

8. Ativos Fixos Tangíveis**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	n/a
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento biológico	n/a
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015 e 2016, não ocorreram quaisquer movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte mapa:

NIF : 502973544		MAPA DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES										IRC	
PERÍODO : 2016		NATUREZA DOS BENS:					MÉTODOS UTILIZADOS:					MODELO 32	
FIRMA		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NÃO ABATIDOS)					LINHA RETA						
DOLMEN - Desenvolvimento Local e Regio		ATIVOS INTANGÍVEIS					QUOTAS DECRESCENTES						
		ATIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS					OUTROS						
		PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											

NIF : 502973544		MAPA DE DEPRECIACÖES E AMORTIZAÇÖES										IRC		
PERÍODO : 2016		NATUREZA DOS BENS:					MÉTODOS UTILIZADOS:					MODELO 32		
FIRMA		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NÃO ABATIDOS)					LINHA RETA							
DOLMEN - Desenvolvimento Local e Regio		ATIVOS INTANGÍVEIS					QUOTAS DE DECR ESCENTES							
		ATIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS					OUTROS							
		PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” não se registaram movimentos, nos períodos de 2015 e 2016.

9. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de quaisquer “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Dolmen tem apenas um ativo intangível registado em “Outros Ativos Intangíveis”, trata-se de um programa de computador (programa de contabilidade), totalmente depreciado.

10. Locações

A Entidade não detém qualquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 a entidade detinha um “Inventário” no Valor de 14 479,79 €.

12. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos (excluindo os subsídios):

Descrição	2016	2015
Vendas	125 338,76	104 825,17
Prestação de Serviços	5 013,42	68 785,28
Quotas	38 300,00	0,00
Donativos	0,00	5000,00
Outros rendimentos	1 503,03	1865,60
Promoções para captação de recursos	-	-
	-	-
Juros	0,00	2085,00
Dividendos	-	-
Total	170 155,21	182 284,86

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**Provisões**

Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

14. Subsídios à exploração

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios à exploração" e "Subsídios e Apoios do Estado":

Descrição	2016	2015
PDR 2020 (DLBC)	292 228,57	154 492,51
NORTE 2020 (LDHQ)	36 691,01	-
PROVERE/ON 2 (Overbooking)	-	1028805,92
Subsídios IEEP (Estágios)	8 974,40	8 137,55
Protocolos (Municípios e outras entidades)	139 644,84	-
Sub-Total	477 538,82	1 189 722,78
Total	477 538,82	1 189 722,78

15. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado é de 893,64 €.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019, foi de 19. Os órgãos diretivos da Dolmen não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	234 516,92	219 409,29
Benefícios Pós-Emprego (FCT/FGCT)	28,17	11,04
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	49 938,61	46 790,03
Seguros A. T. e Doenças Profissionais	3 199,17	2 880,31
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1 093,31	8 650,64
Total	288 776,18	277 741,31

18. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A Dolmen não possui qualquer empréstimo.

19. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

20. Investimentos Financeiros

A Dolmen detém uma quota na ADR – Agencia de Desenvolvimento Regional de 498,80 € e no ano de 2016, contribuiu com 373,06€ para o Fundo de Compensação do Trabalho.

20.1 Quotas Cooperadores

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Subsídios/Protocolos	16 791,80	33 875,00
Quotas	38 300,00	
Total	55 091,80	33 875,00
Passivo		
Quotas	-	-
Total	55 091,80	33 875,00

20.2 Clientes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes c/c		
Clientes	15 618,93	13 936,57
Promotores	-	-
Total	15 618,93	13 936,57

20.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber”, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Outras contas a receber		
Devedores e Credores por acréscimos (DLBC)	1 183 543,65	94 947,76
NORTE2020 - LDHQ	276 909,77	-
NORTE2020 - EMERN	77 265,00	
AEP - Compete	110 841,59	
Outros devedores e credores por acréscimos (PROVERE/Overbooking)	-	61 813,94
Outros devedores e credores diversos	-	-
Total	1 648 560,01	156 761,71

O aumento verificado nesta Rubrica diz respeito ao reconhecimento dos subsídios já contratualizados.

20.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 367,48	2 241,66
Outros (Rendas)	1 100,00	1 100,00
Sub-Total	3 467,48	3 341,66
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	3 238,78	1 598,91
Sub-Total	3 238,78	1 598,91
TOTAL	6 706,26	9 098,91

20.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	4 174,77	4 853,80
Depósitos à ordem	141 079,12	200 657,94
Depósitos a prazo	-	-
Outros depósitos a favor da Dolmen	17 289,75	12 398,75
Total	164 543,64	217 901,49

20.6 Capital Próprio

Na rubrica “Capital Próprio” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Capital social	166 020,40	3 125,00	-	169 145,40
Reservas Legais	23 364,21	490,70	-	23 854,91
Outras reservas	16 467,99	490,70	-	16 958,69
Resultados transitados	245 855,73	-	903,22	244 952,51
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	15 840,68	-	-	-
Total	467 594,01	4 106,40	903,22	454 911,51
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	467 594,01	4 106,40	903,22	454 911,51

20.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	15 517,43	13 568,30
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Fornecedores - Adiantamentos	-	-
Total	15 517,43	13 568,30

20.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imp. S/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1 222,83	222,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1 222,83	222,83
Passivo		
Imp. S/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1 898,60	842,46
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 815,25	14 170,32
Imp. S/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 782,50	2 588,71
Segurança Social	5 756,89	5 409,71
Outros Impostos e Taxas	38,92	32,86
Total	14 517,99	11 306,15

20.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores gerais	15 517,43	-	13 568,30	-
Outras operações (Pessoal)	1 796,43	-	5 345,75	-
Estado e outros entes públicos	11 016,39	-	14 188,71	-
Total	28 330,25	-	81 559,48	-

20.10 Outros Passivos Financeiros

A Dolmen não detém “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

20.11 Subsídios e subsídios à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios:

Descrição	2016	2015
PRODER	-	154 492,51
DLBC (incluindo o apoio preparatório)	1 183 543,65	119 947,76
PROVERE/ON.2 Overbooking	-	1 028 805,92
NORTE2020	354 174,77	-
AEP - Compete	110 841,59	-
IEFP	3 238,78	6 242,35
Total	1 651 798,79	1 467 153,33

20.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	86 504,99	1 126 237,29
Materiais	4 018,09	4 221,36
Energia e fluidos	10 834,39	9 013,47
Deslocações, estadas e transportes	16 302,49	16 439,97
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	18 390,00	13 930,00
Rendas instalações	52 932,53	7 097,62
Outros alugueres (Part. em Feiras, Stands, etc.)	3 957,14	4 609,72
Comunicação	1 427,91	1 615,30
Seguros	200,00	-
Contencioso e notariado	2 197,60	4 456,68
Despesas de representação	449,30	2 786,69
Limpeza e Higiene	12 625,19	4 616,03
Outros	209 839,63	1 195 024,13
Total	209 839,63	1 195 024,13

20.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Donativos	-	5 000,00
Quotas	38 300,00	-

Outros rendimentos e ganhos	1 503,03	1 865,60
Total	39 803,03	6 865,60

Na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” salienta-se apenas o surgimento de Quotas face ao ano anterior.

20.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos, taxas e emolumentos (inclui o reconhecimento dos gastos com o IVA suportado e não deduzido nas despesas com o Overbooking)	716,34	60 634,79
Quotizações	1 100,00	1 100,00
Outros gastos e perdas	1 629,49	431,29
Total	3 445,83	62 166,08

20.15 Outros rendimentos/gastos de financiamento

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos gastos e rendimentos relacionados com juros e similares nomeadamente:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	2 085,00
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	2 085,00

20.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 27 de Abril de 2017.

Marco de Canaveses, 27 de Abril de 2017,

O Técnico Oficial de Contas

António M. Domingues Carneiro

O CA/Direção

Telmo Manuel Medeiros Pinto

Presidente

Câmara Municipal d Cinfães

Vice-Presidente

Ass. Nacional de Criadores da Raça Arouquesa

Secretária

Manuel Pereira Cardoso

Tesoureiro

Bem-Estar - Ass. Solidariedade Social de Gondar

Vogal

Junta de freguesia de Sobretâmega

Vogal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento do estipulado no art.º 29º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal da Dolmen – Desenvolvimento Local e Regional, CRL, submeter à Apreciação e Votação dos Senhores Cooperantes o Relatório da sua atividade, bem como o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Direção relativos ao exercício de 2016.

Relatório:

1. O Relatório da Direção apresenta claramente a atual situação da Cooperativa.
2. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza e todos os documentos anexos traduzem a atual situação financeira da Cooperativa.
3. Os documentos contabilísticos encontram-se devidamente classificados e arquivados de acordo com as normas contabilísticas em vigor.
4. A contabilidade respeita cabalmente os princípios aceites pelo Sistema de Normalização Contabilidade - SNC.
5. O Ativo Fixo Tangível foi amortizado de acordo com a legislação em vigor.

Parecer:

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que os Senhores cooperantes aproveem:

- a) – O Relatório de Gestão e respetivas Demonstrações Financeiras do período de 2016, apresentado pela Direção;

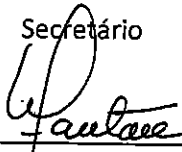
Marco de Canaveses, 27 de abril de 2017

Presidente



(Gabinete de Contabilidade
Guedes, Lda., representada por
Daniel Guedes)

Secretário



(Junta de Freguesia do Marco,
representada pelo seu
presidente António Santana)


Relator

(Carlos Alberto Martins Carvalho)

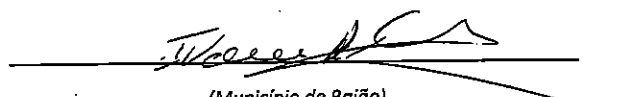
A deliberar em Assembleia Geral Ordinária de 2 de Maio de 2017, em Marco de Canaveses.

A Mesa da Assembleia Geral,

Presidente


(Município de Marco de Canaveses)

Vice - Presidente


(Município de Baião)

Secretário

(Associação de Solidariedade Social de Souselo)